

ESCOLA DE COMANDO E ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO
ESCOLA MARECHAL CASTELLO BRANCO

Cel Com **MARCO ANTONIO BARBOSA**

**O DESAFIO DE ESTADOS UNIDOS E RÚSSIA
NA CONCEPÇÃO DE NOVAS POLÍTICAS PARA
O ÁRTICO NO SÉCULO XXI E O PAPEL DO
BRASIL NA NOVA GEOPOLÍTICA DO ÁRTICO**



Rio de Janeiro
2024

Cel Com **MARCO ANTONIO BARBOSA**

**O DESAFIO DE ESTADOS UNIDOS E RÚSSIA NA
CONCEPÇÃO DE NOVAS POLÍTICAS PARA O ÁRTICO NO
SÉCULO XXI E O PAPEL DO BRASIL NA NOVA
GEOPOLÍTICA DO ÁRTICO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Ciências Militares, com ênfase em Política, Estratégia e Administração Militar.

a) Orientador: Cel Art CANDIDO CRISTINO **LUQUEZ** MARQUES FILHO

Rio de Janeiro 2024

B238d Barbosa, Marco Antonio

O desafio de Estados Unidos e Rússia na concepção de novas políticas para o ártico no século XXI e o papel do Brasil na nova geopolítica do ártico. / Marco Antonio Barbosa.—2024.

28f. : il. ; 30 cm

Orientação: Candido Cristino Luquez Marques Filho.

Policy Paper (Especialização em Política, Estratégia e Alta Administração Militar) — Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2024.

Bibliografia: f. 27-28

1. ÁRTICO. 2. GEOPOLÍTICA. 3. RÚSSIA. 4. ESTADOS UNIDOS. 5. BRASIL. I. Título.

CDD 355.4

Cel Com **MARCO ANTONIO BARBOSA**

O DESAFIO DE ESTADOS UNIDOS E RÚSSIA NA CONCEPÇÃO DE NOVAS POLÍTICAS PARA O ÁRTICO NO SÉCULO XXI E O PAPEL DO BRASIL NA NOVA GEOPOLÍTICA DO ÁRTICO

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Escola de Comando e
Estado-Maior do Exército, como requisito
parcial para a obtenção do título de
Especialista em Ciências Militares, com
ênfase em Política, Estratégia e
Administração Militar

Aprovado em 23 de outubro de 2024.

COMISSÃO AVALIADORA

Cel Art CANDIDO CRISTINO **LUQUEZ** MARQUES FILHO – Presidente
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

Cel Art FERNANDO LUIZ **VELASCO** GOMES – Membro
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

Cel Eng MARCIO TOMAZ DE **AQUINO** – Membro
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

Dedico este trabalho à minha esposa Camila, pelo apoio e compreensão em cada etapa desta jornada, e aos meus filhos, fonte constante de inspiração e alegria.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu orientador, Coronel Luquez, por sua orientação indispensável e constante apoio ao longo deste trabalho. Sua expertise, paciência e dedicação foram fundamentais para o desenvolvimento desta pesquisa, proporcionando valiosas reflexões e incentivando-me a buscar sempre a excelência. Sou profundamente grato por sua confiança e por todas as contribuições que enriqueceram este projeto.

"O Ártico é um termômetro para as mudanças climáticas, um aviso de que a natureza não perdoa."
(David Suzuki)

SUMÁRIO EXECUTIVO

O Ártico, uma região do planeta situada no extremo norte, está ganhando relevância geopolítica devido ao derretimento do gelo e à abertura de novas rotas marítimas. A competição por recursos naturais e a necessidade de governança internacional estão crescendo, com a Rússia e os Estados Unidos desempenhando papéis significativos na região. Historicamente, o Ártico era considerado uma região de pouco interesse geopolítico. No entanto, com o aumento das temperaturas e o aquecimento global, a região está se tornando um ponto focal para a exploração de recursos. O Conselho do Ártico, o Tratado de Svalbard e a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar são os principais instrumentos legais para a governança da região. Estes instrumentos buscam promover a cooperação e a gestão sustentável dos recursos. A Rússia, com a maior parte de seu território no Ártico, tem se concentrado em expandir sua presença militar e infraestrutura na região. Em 2001, a Rússia fez uma reivindicação territorial significativa e, em 2007, colocou uma bandeira no fundo do mar do Polo Norte. A estratégia russa inclui proteção das fronteiras, defesa dos recursos e desenvolvimento de infraestrutura. O país enfrenta desafios relacionados ao clima e à pressão internacional. A estratégia dos EUA para o Ártico, destacada na Estratégia Nacional para a Região do Ártico de 2022, foca na defesa e segurança, proteção ambiental e desenvolvimento sustentável. Com o derretimento do gelo, os EUA buscam proteger seu território e interesses econômicos, além de cooperar com parceiros regionais e melhorar suas capacidades militares e civis. O Brasil, com destaque internacional em política, economia e ciência, tem uma consolidada atuação na Antártica, mas ainda carece de uma política formal para o Ártico. A recente criação de um Grupo Técnico visa avaliar a participação brasileira nessa região, que tem crescido em relevância geopolítica e econômica. A conexão entre o Ártico e a Antártica, especialmente em questões climáticas e oceânicas, justifica o interesse do Brasil. Além disso, a participação em fóruns como o Conselho do Ártico fortaleceria o protagonismo global do país em temas ambientais e de governança polar.

Palavras-chave: ártico; geopolítica; Rússia; Estados Unidos; Brasil.

ABSTRACT

The Arctic, a region of the planet situated at the far north, is gaining geopolitical relevance due to the melting of ice and the opening of new maritime routes. Competition for natural resources and the need for international governance are growing, with Russia and the United States playing significant roles in the region. Historically, the Arctic was considered a region of little geopolitical interest. However, with rising temperatures and global warming, the region is becoming a focal point for resource exploration. The Arctic Council, the Svalbard Treaty, and the United Nations Convention on the Law of the Sea are the main legal instruments for governing the region. These instruments aim to promote cooperation and sustainable resource management. Russia, with the majority of its territory in the Arctic, has focused on expanding its military presence and infrastructure in the region. In 2001, Russia made a significant territorial claim, and in 2007, it placed a flag on the seabed at the North Pole. The Russian strategy includes border protection, resource defense, and infrastructure development. The country faces challenges related to climate and international pressure. The U.S. strategy for the Arctic, highlighted in the 2022 National Arctic Strategy, focuses on defense and security, environmental protection, and sustainable development. With the melting ice, the U.S. seeks to protect its territory and economic interests, as well as cooperate with regional partners and enhance its military and civil capabilities. Brazil, with international prominence in politics, economy, and science, has a well-established presence in Antarctica but lacks a formal policy for the Arctic. The recent creation of a Technical Group aims to assess Brazil's involvement in the region, which is growing in geopolitical and economic importance. The connection between the Arctic and Antarctica, especially regarding climate and oceanic issues, justifies Brazil's interest. Additionally, participating in forums such as the Arctic Council would strengthen the country's global leadership in environmental and polar governance issues.

Keywords: arctic; geopolitics; Russia; United States; Brazil.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	O ÁRTICO.....	12
3	A GEOPOLÍTICA DO ÁRTICO.....	14
4	A RÚSSIA E O ÁRTICO.....	17
5	OS ESTADOS UNIDOS E O ÁRTICO.....	19
6	O PAPEL DO BRASIL NA NOVA GEOPOLÍTICA DO ÁRTICO	20
7	CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES.....	23
	REFERÊNCIAS	27

1. INTRODUÇÃO

Atualmente no mundo, existe uma forte tendência de rivalidades entre os principais estados, que buscam majorar seus interesses geopolíticos em diferentes níveis da organização espacial da sociedade humana. A competição entre esses atores poderosos intensifica-se devido à redistribuição das esferas de influência em regiões específicas do globo, ao controle de recursos estratégicos e às redes de transporte (Goltsov, 2024).

O ártico surge como uma nova fronteira na organização territorial mundial, principalmente por causa do aumento das temperaturas e do degelo da cobertura do mar, revelando suas riquezas minerais ainda minimamente exploradas, principalmente em petróleo, gás natural. Tal exploração mostra-se um desafio assombroso, principalmente pelos riscos ambientais e geopolíticos no equilíbrio de poder entre os Estados da região.

No passado, o Ártico não possuía tanta relevância para a geopolítica mundial, pois era considerada uma região inóspita, anecumênica e sem possibilidades exploratórias de toda ordem. Durante a guerra fria e a utilização de submarinos e navios mais apropriados cresceu de importância estratégica para posicionamento de bases aéreas e plataformas de lançamentos de mísseis. No final do século vinte ainda se considerava uma região de pouca importância a não ser pelo tema ambiental, aquecimento global derretimento do gelo e elevação do nível do mar (Duarte; Sudbrack, 2016).

Dessa forma, o Ártico foi marginalizado na geopolítica global devido ao seu isolamento e inviabilidade econômica, ganhando alguma importância apenas no pós segunda guerra por seu valor estratégico nuclear. Entretanto, atualmente, encontra-se no centro das discussões globais devido às mudanças climáticas, que está abrindo novas rotas marítimas e expondo recursos naturais. Isso tem gerado tensões geopolíticas entre os países árticos e um aumento na presença militar, enquanto a necessidade de governança internacional e cooperação científica cresce para gerenciar a exploração de recursos e proteger o meio ambiente da região.

Todas novas possibilidades de exploração, geradas pelo derretimento do gelo e liberação de acesso aos recursos naturais presentes, estão intensificando a competição geopolítica entre Rússia e Estados Unidos. A Rússia tem aumentado sua

presença militar e investido em infraestrutura no Ártico para consolidar sua posição e assegurar direitos sobre os recursos, enquanto os Estados Unidos, preocupados com a influência russa, também têm reforçado suas capacidades militares e buscado fortalecer alianças com outros países árticos. Essa rivalidade está exacerbando tensões, destacando a importância estratégica do Ártico e levando a uma nova era de disputa por controle territorial e acesso a recursos, com implicações significativas para a segurança global e a governança da região.

Além disso, a participação do Brasil no nesse espaço geográfico representa uma expansão estratégica de sua atuação em questões globais de governança ambiental e segurança climática. Como já consolidado ator no continente antártico, o Brasil tem a oportunidade de fortalecer seu protagonismo internacional ao contribuir com pesquisas científicas e políticas para a preservação dessa região polar. O Ártico, além de ser um termômetro das mudanças climáticas globais, também concentra recursos naturais e rotas comerciais de crescente importância geopolítica. Nesse contexto, a inclusão do Brasil nas discussões seria um passo relevante para a promoção de uma governança mais inclusiva e equilibrada nas questões polares.

O presente trabalho buscará identificar as características da região ártica e sua importância geopolítica. Além disso, irá identificar os principais atores presentes na região, enfatizando as ações de Rússia e Estados Unidos, bem como as suas ações políticas para a região, além de apresentar o papel do Brasil e qual seria a sua contribuição naquele espaço geográfico.

2. O ÁRTICO

De acordo com Leal (2012, p.77) “a delimitação da região do Ártico, que envolve o Pólo Norte e inclui o Oceano Glacial Ártico e as terras mais setentrionais do globo terrestre, ...”. Assim, temos uma designação mais geral dessa região para o estudo.

Como complemento na caracterização da área, o Ártico é a região do globo que mais se situa a Norte, em torno do Polo Norte. Não existe uma única definição para os limites da região, entretanto o que se tem de consensual é a marcação pela linha imaginária do Círculo Polar Ártico (66° 33' N). Apesar de 65% corresponder ao Oceano Glacial Ártico, que por sinal se encontra congelado na maior parte do tempo, a região

também é constituída por territórios que pertencem a oito países distintos: Rússia, Estados Unidos da América (EUA), Canadá, Groenlândia (região autônoma da Dinamarca), Noruega, Suécia, Finlândia e Islândia (Østhagen, 2024).

Dentro dessa perspectiva física pode-se dizer ainda:

A Região Ártica constitui uma das maiores do planeta. Fazendo-se uma descrição geográfica, o Círculo Polar Ártico está localizado a sessenta e seis graus e trinta e três segundos de latitude norte ($66^{\circ} 33''N$), inclui o Ártico (extensão marítima coberta de forma permanente por gelo); o Polo Norte (ponto norte geográfico da terra) e o Oceano Ártico, que banha a costa norte da América do Norte, Eurásia e várias ilhas. Sua extensão territorial litorânea é de aproximadamente doze milhões de quilômetros quadrados, povoada por cinco milhões de habitantes e domínio territorial dividido entre a Groenlândia (nação autônoma do Reino da Dinamarca), Ilhas Faroé (território dinamarquês), Alasca (território dos Estados Unidos), Sibéria (território da Rússia), Canadá e Noruega (Farias e Rei, p. 187, 2015).

Essa grande dimensão física que compõe o ártico e a variedade de Estados existentes promovem naturalmente a área como sendo uma considerável parte mundial. Se considerarmos ainda a destacada população presente, tudo cresce de importância.

Segundo Viana (2021), a formação geológica do Ártico ocorreu em torno de quatro tipos de rochas, abarcando o período Paleozóico até o Quaternário. Durante esses períodos, a região reuniu suas características físicas por meio da deposição gradual de sedimentos e partículas, que originaram os recursos minerais presentes na região bem como impacto na formação do relevo, moldando a área ao longo do tempo.

Com relação a grande quantidade de água presente esse polo do planeta, sua maior parte está congelada em na forma de água salgada. Entretanto, cerca de 20% desse gelo é composto por água doce, o que dá grande valor a esse recurso que é escasso em várias partes do planeta. Isso confere ainda mais importância para a possibilidade de exploração e valor para a região (VIANA, 2021).

No aspecto terrestre, Canadá e Rússia são os Estados com maiores territórios (30% e 25%, respectivamente) e a Islândia, o que detém a menor área. É importante salientar também os chamados Estados Árticos que são cinco países os que possuem faixas litorâneas: Canadá, Dinamarca, EUA, Noruega e Rússia, com esse último com a maior extensão. No caso da Rússia tal característica determina a importância que se impõe pela sua soberania e economia, pois estudos recentes apontam uma plataforma continental maior que em outras regiões do mundo. (VIANA, 2021).

A combinação dessas características físicas não só define a paisagem única da região, mas também influencia significativamente sua importância estratégica e ambiental, destacando o Ártico como uma área de interesse crescente para estudos científicos e exploração de recursos para os países que estão em seus limites e até mesmo para muitos outros do planeta.

3. A GEOPOLÍTICA DO ÁRTICO

Em um primeiro momento faz-se necessário compreender esse conceito ao qual está se falando e se tratando como geopolítica.

O termo geopolítica foi usado pela primeira vez em 1889 pelo cientista político Rudol Kjellen, esse cientista se baseava na obra de Ratzel. A geopolítica preocupa-se em utilizar a geografia como forma de domínio e controle de territórios. O conhecimento geográfico é útil para revelar, controlar e dominar territórios, para fazer a guerra, bem como para desvendar riquezas ocultas nas terras distantes que alimentaram as aventuras comerciais coloniais e imperialistas dos séculos XIX e XX (JÚNIOR, p. 37, 2015).

Ainda nesse sentido historicamente, o Ártico recebeu pouca atenção na Geopolítica Clássica, sendo frequentemente considerado uma barreira intransponível e excluído de representações cartográficas tradicionais, como a projeção de Mercator. No entanto, ao longo do século XX, a região passou a ser reconhecida por sua relevância estratégica, especialmente em função dos conflitos bélicos, resultando na instalação de bases militares por potências como a Rússia e os Estados Unidos. (LEAL, 2012). Assim, hodiernamente, a visão de que o ártico tem um papel relevante na geopolítica mundial é incontestável, sendo importante a sua ocupação na terra, nas águas e no ar.

A região do Ártico está a ganhando a cada dia mais relevância na política e na economia globais, pois, de acordo com pesquisas geológicas, existem enormes depósitos de hidrocarbonetos e minerais em sua plataforma continental. Segundo Goltsov (2024), prevê-se que o papel da região na economia global se fortaleça no futuro, principalmente devido à essa grande quantidade de riqueza mineral. Os dados apontam ainda que 13% das reservas potenciais de petróleo não descobertas do mundo, 30% do gás natural e 20% do condensado de gás lá estão concentrados, juntamente com depósitos substanciais de carvão, ferro, manganês, cobre, chumbo,

níquel, minérios de zinco e outros minérios valiosos. Desse modo a pressão para a ocupação dessa área tem se aumentado cada vez mais.

Os efeitos das mudanças climáticas também influenciam na geopolítica regional do polo norte. A possibilidade do Ártico com a diminuição do gelo no verão vem ganhando força com o aquecimento global. Deixando-o mais fino e frágil. Estudos recente revelam que, até o final dos anos 2050, será possível a travessia de navios mercantes sem a necessidade de quebra-gelos. Além disso, outras começam a ganhar relevância, como a Rota do Mar do Norte, a Passagem do Noroeste, a Ponte do Ártico e a Rota Marítima Transpolar (FARIAS e REI, 2015).

A governança dessa sensível região também está em processo de mudanças a partir do século vinte e um, embora esse processo de institucionalização e cooperação entre os países membros tenha se iniciado no passado. De acordo com Viana (2021, p. 18), “a relevância geopolítica do Ártico demanda, naturalmente, a constituição e funcionamento de instrumentos de natureza diversa que permitam o relacionamento e convivência harmoniosos entre os Estados e as organizações lá presentes ou atuantes”. Tais instrumentos precisam ser fortes para conseguir manter a paz nessa região.

A seguir serão mostrados as principais entidades e leis ora existentes e que balizam as conversas e as relações institucionais entre os governos e as organizações intergovernamentais e não-governamentais (ONG) no âmbito do Ártico.

O Conselho do ártico foi estabelecido por meio da declaração de Ottawa, assinada em 19 de setembro de 1996, por oito países que possuem territórios dentro do Círculo Polar Ártico: Canadá, Dinamarca (representando a Groenlândia e as Ilhas Faroé), Estados Unidos, Finlândia, Islândia, Noruega, Rússia e Suécia.

Tal declaração ocorreu nos seguintes termos:

1. O Conselho Ártico é estabelecido como um fórum de alto nível para: (a) promover a cooperação, coordenação e interação entre os Estados do Ártico, com a participação das comunidades indígenas do Ártico e outros habitantes do Ártico em questões comuns do Ártico, em particular questões de desenvolvimento sustentável e proteção ambiental no Ártico. (b) supervisionar e coordenar os programas estabelecidos sob a AEPS no Programa de Monitoramento e Avaliação do Ártico (AMAP); Conservação da Flora e Fauna Árticas (CAFF); Proteção do Meio Marinho Ártico (PAME); e Prevenção, Preparação e Resposta a Emergências (EPPR). (c) adotar termos de referência para e supervisionar e coordenar um programa de desenvolvimento sustentável. (d) disseminar informações, incentivar a educação e promover o interesse em questões relacionadas ao Ártico.
2. Os membros do Conselho Ártico são: Canadá, Dinamarca, Finlândia, Islândia, Noruega, Federação Russa, Suécia e Estados Unidos da América (os Estados do Ártico).

A Conferência Circumpolar Inuit, o Conselho Saami e a Associação das Minorias Indígenas do Norte, Sibéria e Extremo Oriente da Federação Russa são Participantes Permanentes no Conselho Ártico. A participação permanente também está aberta a outras organizações árticas de povos indígenas com maioria de constituintes indígenas árticos, representando: (a) um único povo indígena residente em mais de um Estado Ártico; ou (b) mais de um povo indígena ártico residente em um único Estado Ártico.

A determinação de que tal organização atende a este critério será feita por decisão do Conselho. O número de Participantes Permanentes deve ser menor que o número de membros a qualquer momento.

A categoria de Participação Permanente é criada para proporcionar uma participação ativa e uma consulta completa com os representantes indígenas árticos no Conselho Ártico.

3. O status de Observador no Conselho Ártico está aberto a: (a) estados não árticos; (b) organizações intergovernamentais e interparlamentares, globais e regionais; e (c) organizações não governamentais que o Conselho determinar que podem contribuir para o seu trabalho.
4. O Conselho deve reunir-se normalmente a cada dois anos, com reuniões de altos funcionários ocorrendo com mais frequência, para proporcionar a ligação e a coordenação. Cada Estado Ártico deve designar um ponto focal para assuntos relacionados ao Conselho Ártico.
5. A responsabilidade por sediar reuniões do Conselho Ártico, incluindo a provisão de funções de suporte secretarial, deve rodar sequencialmente entre os Estados do Ártico.
6. O Conselho Ártico, como sua primeira ordem de negócios, deve adotar regras de procedimento para suas reuniões e as de seus grupos de trabalho.
7. As decisões do Conselho Ártico devem ser por consenso dos Membros.
8. O Secretariado dos Povos Indígenas estabelecido sob a AEPS deve continuar sob o quadro do Conselho Ártico.
9. O Conselho Ártico deve revisar regularmente as prioridades e o financiamento de seus programas e estruturas associadas. PORTANTO, nós, os representantes dos nossos respectivos Governos, reconhecendo a importância política do Conselho Ártico e pretendendo promover seus resultados, assinamos esta Declaração. ASSINADO pelos representantes dos Estados do Ártico em Ottawa, no dia 19 de setembro de 1996 (CONSELHO DO ÁRTICO, p.2, 1996).

Outro instrumento regulatório para a governança do Ártico é o Tratado de Svalbard. Segundo Luís (2021), ele foi assinado em Paris, 9 de fevereiro de 1920, reconhecendo a soberania da Noruega sobre o arquipélago, garantindo o acesso aos países signatários. Um dos principais pontos presentes é que todos os signatários teriam o direito de exploração comercial, pesca e pesquisas científicas. Dessa forma houve um acordo que causou o contentamento dos Estados regionais uma convivência de relativa paz encerrando as disputas de soberania pelo arquipélago.

Analogamente, a Organização das Nações Unidas criou a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM). Tal Convenção estabeleceu entre outras coisas Direitos de navegação, delimitação territorial marítima, jurisdição econômica, status legal de recursos no fundo do mar além das jurisdições nacionais, trânsito de navios por estreitos, conservação e manejo de recursos marinhos vivos,

proteção ambiental marinha, um regime para pesquisas marinhas e, um mecanismo vinculativo para resolução de disputas entre Estados - esses são elementos-chave do tratado. Em suma, a Convenção busca regular todos os aspectos dos recursos marítimos e usos oceânicos, estabelecendo uma ordem estável para a fonte vital da humanidade. (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1982).

Todos esses fóruns que regulam atividades que se interligam quando se trata do assunto Ártico em todos os seus aspectos são fundamentais para a atual governança e na geopolítica existente entre os Estados regionais e até mesmo extrapolando no nível mundial, já que as atividades em geral que se dão no Ártico podem afetar diretamente a todos em escala global.

4. A RÚSSIA NO ÁRTICO

O domínio estratégico sobre o Ártico vem se tornando cada vez mais intenso nos últimos anos. Em 2001 a Rússia reivindicou domínio de grande parte da região junto a Comissão de Limites da Plataforma Continental da Organização das Nações Unidas em 2001, não teve seu pedido aceito sob o pretexto de não possuir dados que pudessem apoiá-la. Em 2 de agosto de 2007, os russos colocaram uma bandeira do país no fundo do mar que circunda o Polo Norte. Simbolizando a demarcação e reivindicação de metade do leito oceânico ártico (COSTA e MATTOS, 2021).

Sessenta por cento da área terrestre e oitenta por cento da população do Ártico encontram-se em território russo, por isso o país é o mais interessado e com melhores condições de explorar as vantagens do degelo da região. Especialmente porque o clima sempre foi o maior desafio para o desenvolvimento russo; e a busca por novas rotas marítimas, um objetivo secular (DUARTE e SUDBRACK, 2016).

A Estratégia de Segurança Nacional da Federação Russa de 2 de julho de 2021 aponta a sua atenção sobre o ártico nos seguintes termos:

No contexto de estagnação e recessão das principais economias mundiais, de diminuição da estabilidade do sistema monetário e financeiro mundial e de intensificação da luta pelo acesso a mercados e recursos, difunde-se cada vez mais a prática de utilização de instrumentos de concorrência desleal, de medidas protecionistas e de sanções, incluindo nos domínios financeiro e comercial. A fim de obter vantagens, vários Estados exercem uma pressão

política e económica aberta sobre a Rússia e os seus parceiros. A maior atenção da comunidade mundial aos problemas das mudanças climáticas e à preservação de um ambiente favorável é usada como pretexto para restringir o acesso das empresas russas aos mercados de exportação, conter o desenvolvimento da indústria russa, estabelecer controle sobre as rotas de transporte e impedir o desenvolvimento do Ártico pela Rússia (Rússia, 2021).

Nota-se uma grande preocupação por parte do governo russo com o seu desenvolvimento das atividades no Ártico. Incluem as ações militares, econômicas, infraestrutura e outras para o avanço na região. Há aí uma grande disputa ocorrendo.

Até o século XXI, a Rússia direcionava sua geopolítica principalmente para o continente, dado que a maior parte de seu litoral se voltava para as águas congeladas do Oceano Ártico, que permaneciam geladas durante a maior parte do ano, dificultando, mas não impedindo, a movimentação de seus navios e submarinos na região. No entanto, a visão de que a Rússia é um país predominantemente continental tornou-se obsoleta. A abertura da Rota do Mar do Norte (ou Passagem Nordeste) redirecionou o interesse russo para o oceano. Essa mudança estratégica não se deve apenas ao acesso a recursos como petróleo, gás e novas áreas de pesca, mas também a um fator essencial para um país de vastas dimensões o acesso a rios que desembocam no Oceano Ártico. Esse acesso fluvial facilita e reduz os custos logísticos, promovendo uma maior integração do território nacional (JUNIOR, ROSE e SIMÕES, 2015).

Em termos militares, a política russa para o Ártico prioriza proteger as fronteiras, centra-se na proteção dos limites ao norte com o favorecimento do aumento de sua capacidade operacional de defesa, com vistas a possíveis conflitos que possam ocorrer na disputa de recursos energéticos. Nesse contexto a abertura do Ártico traz algumas questões de segurança militar: a proteção da Esquadra de submarinos de mísseis balísticos; a proteção das rotas de comércio ao longo do Ártico e do Ártico para outras partes do mundo; a defesa das costas, portos e transporte marítimo; e, o movimento de navios de guerra entre o Atlântico e o Pacífico (Leal, 2012).

Ainda de acordo com Leal (2012), desde 2010 em sua política de defesa já havia essa grande preocupação na proteção dessas fronteiras no Ártico caracterizadas pela criação da Guarda costeira do Ártico, integrada no Serviço Federal de Segurança, com ações coordenadas com as congêneres dos outros Estados costeiros do Ártico no combate ao terrorismo no mar, no contrabando e migração ilegal e, na proteção dos recursos biológicos; O Ártico como Espaço

Geopolítico. Ainda sugere desenvolver infraestruturas na fronteira e promover o reequipamento da Guarda de Fronteiras e implementar um sistema integrado de monitorização das atividades de superfície e de supervisão das atividades de pesca no Ártico russo.

Assim, pode se perceber a atuação das medidas políticas implementadas pela Rússia abrangendo o setor de segurança e defesa fortalecendo suas capacidades militares. Na mesma linha a busca de um desenvolvimento econômico para a exploração dos recursos existentes no Ártico, inclusive utilizando as rotas que se apresentam como opção para as embarcações russas. Tudo isso com a preocupação de proteger o meio ambiente complexo da região e em parcerias viáveis na cooperação internacional no Conselho do Ártico e outras iniciativas multilaterais na governança regional.

5. OS ESTADOS UNIDOS NO ÁRTICO

A Estratégia Nacional para a Região do Ártico americana de 2022 aponta o direcionamento os pilares mais relevantes para os Estados Unidos. Ela caracteriza o Ártico como lar de mais de quatro milhões de pessoas, amplos recursos naturais e ecossistemas únicos que está passando por uma modificação. Estimulada pelas alterações climáticas, esta transformação poderá desafiar os meios de subsistência no Ártico, criar oportunidades econômicas e intensificação da concorrência estratégica entre os países. O Alasca faz dos Estados Unidos uma nação do Ártico, o que causa autoridade e responsabilidade na governança desta região (ESTADOS UNIDOS, 2022).

Entretanto desde 2009 a estratégia americana já previa atenção especial para o Ártico como identificando seus interesses, afirmando a sua vontade de os defender, sozinhos ou em conjunto com outros Estados. Os pontos mais importantes eram, garantir a defesa e segurança na região ártica; assegurar a liberdade dos mares na região; proteger o ambiente e conservar os recursos biológicos do Ártico; sustentar ambientalmente a gestão dos recursos naturais e desenvolvimento econômico da região; incrementar a cooperação no âmbito das instituições do Ártico; envolver as

comunidades indígenas nas decisões que as afetam; assumir liderança da pesquisa científica no Ártico (LEAL, 2012).

Dessa forma a corrida para a nova fronteira do globo já existia e caminhava aceleradamente nos planejamentos geopolíticos dos Estados Unidos.

Segundo Estados Unidos (2022), as mudanças climáticas no Ártico estão reduzindo o gelo marinho. Esse derretimento provoca uma série de desafios, além de algumas novas oportunidades. O Conselho do Ártico, em 2021, afirmou que região está aquecendo a uma taxa três vezes superior à média global. As mudanças climáticas estão tornando o Ártico mais acessível do que nunca, contribuindo para o aumento do nível do mar e a degradação dos ecossistemas.

A prioridade está na proteção do território e soberania dos Estados Unidos. A segurança dos aliados também é algo importante e o apoio aos parceiros regionais. A segurança no Ártico inclui muitos interesses, desde a defesa nacional e a segurança interna até atividades comerciais e científicas seguras. Porém, desafios de infraestrutura e tecnologia e planejamentos se apresentam naturalmente em um ambiente tão inóspito (ESTADOS UNIDOS, 2022)

Para garantir os nossos interesses à medida que a atenção, os investimentos e a atividade aumentam no Ártico nas próximas décadas, os Estados Unidos reforçarão e exercitarão as nossas capacidades militares e civis no Ártico, conforme necessário para dissuadir ameaças e para antecipar, prevenir e responder a ameaças, tanto naturais como incidentes provocados pelo homem. Melhoraremos a nossa compreensão do ambiente do Ártico e desenvolveremos capacidades de todo o governo para apoiar a expansão da atividade na região Ártica dos EUA. Aprofundaremos a cooperação com os Aliados e parceiros do Ártico em apoio a estes objetivos e para gerir os riscos de uma maior militarização ou de conflitos não intencionais, incluindo os resultantes de tensões geopolíticas com a Rússia. Essas melhorias contribuirão tanto para a segurança nacional quanto para a proteção e os meios de subsistência no Estado do Alasca (ESTADOS UNIDOS, 2022)

Assim, percebe-se a grande importância dada a região do Ártico pelos Estados Unidos por meio de uma política específica direcionando os temas e esforços para a sustentabilidade, defesa da soberania, interesses econômicos e de cooperação entre os países regionais.

6. O PAPEL DO BRASIL NA NOVA GEOPOLÍTICA DO ÁRTICO

A constituição do Brasil aponta em seus princípios fundamentais relacionados à política internacional a direção em que se deve caminhar o Estado conforme se vê:

Art. 4º A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios:

- I – independência nacional;
- II – prevalência dos direitos humanos;
- III – autodeterminação dos povos;
- IV – não-intervenção;
- V – igualdade entre os Estados;
- VI – defesa da paz;
- VII – solução pacífica dos conflitos;
- VIII – repúdio ao terrorismo e ao racismo;
- IX – cooperação entre os povos para o progresso da humanidade;
- X – concessão de asilo político.(BRASIL, 2016)

Por esse prisma destaca-se a igualdade entre os Estados, a defesa da paz e a cooperação dos povos para o progresso da humanidade passa pela participação do país nesse tema tão relevante para o globo. O Brasil como grande participante em diversos foros de discussão global também pode e deve se aprofundar nessa nova fronteira que se apresenta contribuído para a governança global.

Pode-se afirmar hoje que o Brasil é um país polar. A primeira participação do país nos polos ocorreu em 1882 e teve um fim científico. Nessa oportunidade, o astrônomo Luiz Antonio Cruls, a bordo da Corveta Parnahyba observou a passagem de Vênus sobre o disco solar (SILVA, 2020).

Ao longo do tempo o Brasil passou a observar mais a relevância da Antártida, interessando-se pelos temas estratégicos e científicos, tendo assinado o Tratado Antártico em 1975 e posteriormente aderindo ao Conselho consultivo em 1983, passando a ter a voz ativa com os demais membros, influenciando nas futuras decisões sobre esse continente (SILVA, 2020).

Atualmente, com a realização de dezenas de expedições bem-sucedidas e contando com uma das estações científicas mais modernas da Península Antártica, o Brasil construiu uma reputação robusta na condução de sua política antártica. Essa trajetória é orientada pelos princípios e diretrizes do Sistema do Tratado Antártico, com um programa de pesquisas consolidado e amplamente respeitado, uma expertise logística diferenciada e um compromisso profundo com a proteção ambiental (MATTOS et al, 2022).

Essa consolidada experiência no polo sul reafirma a capacidade e interesse do Brasil participar ativamente no que for possível dos fóruns presentes naquela importante área do globo terrestre sobre os mais diversos temas que a circundam.

Em uma perspectiva mais ampla, percebe-se que o Ártico apresenta uma natureza complexa, abrangendo a exploração de recursos, a segurança, o comércio global, as transformações climáticas e a política externa dos países. Esses elementos constituem temas aderentes ao interesse do Estado brasileiro e não podem ser desconsiderados (SILVA, 2020).

Além disso, a Política Nacional de Defesa aponta que a mudança do clima introduz novas preocupações análise da Segurança e da Defesa Nacional. Seus efeitos visíveis, como a maior incidência de incêndios, secas, inundações e elevação do nível do mar, dentre outros, acarretam desgastes e prejuízos ambientais, sociais e econômicos. Questões vinculadas à temática do clima têm sido usadas como escusas para justificar medidas que impactam negativamente as relações entre os países. O Brasil, em face das características geográficas do seu território, é um ator importante no contexto do grande debate acerca dessas mudanças (Brasil, 2024).

Ademais, destaca novamente na Política Nacional de Defesa:

2.3.6. Vale ressaltar que o Ártico, área de interesse científico e estratégico, merece atenção e envolvimento do Estado brasileiro nos fóruns internacionais no que concerne as pesquisas científicas e sua governança, em especial, em razão dos impactos que a região vem sofrendo pela mudança do clima (BRASIL, 2024).

A Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM), em sua 205ª sessão, aprovou a criação de um Grupo Técnico (GT) sobre atividades no Ártico, devido à ausência de uma política formal do Brasil para essa região. Embora o Brasil tenha uma presença significativa na Antártica, o Ártico ganha cada vez mais relevância geopolítica e econômica, com a exploração de recursos, pesca, turismo e novas rotas marítimas. O GT avaliará a possibilidade de o Brasil se envolver mais ativamente nas questões árticas e poderá propor diretrizes para uma eventual participação do país em nível internacional (BRASIL, 2021).

O interesse do Brasil considera as recentes mudanças no Ártico, que, além de impactar o clima e o nível dos oceanos globalmente, pode gerar questões sobre a expansão de plataformas continentais, cooperação internacional, e a geopolítica de áreas compartilhadas, afetando tanto países árticos quanto não-árticos. Também reconhece a conexão natural entre o Ártico e a Antártica, justificando a participação brasileira em pesquisas científicas integradas para compreender melhor sua influência

nas mudanças climáticas e oceânicas, e para fundamentar estudos sobre o Atlântico Sul e o Oceano Austral (MARQUES, 2023).

Em junho de 2023, o Brasil realizou sua primeira expedição científica ao Ártico. O programa FioAntar, da Fiocruz, que opera um laboratório de biossegurança na Estação Antártica Brasileira, foi convidado a integrar as discussões com o grupo de pesquisa participante. Esse convite reflete o alinhamento com os objetivos do projeto da Fiocruz, que se concentra na vigilância de patógenos, seus impactos na saúde global, e na exploração do potencial biotecnológico da microbiota antártica para avanços na área da saúde (MARQUES, 2023).

O Conselho do Ártico é o principal fórum para assuntos relacionados à região, permitindo a entrada de observadores que demonstrem interesse nas questões árticas e sejam aprovados por seus oito membros permanentes. Já participam 13 países não árticos, 25 instituições multilaterais e ONGs. Todos os membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU fazem parte, seja como membros ou observadores. O Brasil embora seja a maior economia do Hemisfério Sul, o quinto maior país em território, com uma vasta área marítima de 5,6 milhões de km² (a Amazônia Azul), ainda não integra esse importante fórum, que debate temas polares e marítimos (MATTOS et al, 2022).

O Brasil já possui destaque no cenário internacional, tanto no âmbito político, econômico, científico e meio ambiente, como na sua atuação na Antártica. Contudo, é importante que o país amplie sua presença para o Ártico, a fim de se consolidar como uma nação polar. Isso permitirá que o Brasil participe da governança de uma das regiões mais estratégicas para a segurança ambiental global, dado que as mudanças no Ártico podem impactar diretamente a Antártica, uma área de interesse estratégico para o país. É necessário agir com urgência e determinação para garantir nosso protagonismo nessas discussões globais (MATTOS et al, 2022).

7. CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES

O Ártico é uma vasta região localizada no extremo norte do planeta, abrangendo cerca de 21 milhões de quilômetros quadrados. Essa área é formada principalmente pelas águas do Oceano Glacial Ártico, que compõem 65% do território.

Além disso, o Ártico inclui uma imensa quantidade de ilhas, sendo a Groenlândia a maior delas. Os países com territórios ou parte deles no Ártico são Estados Unidos (Alasca), Canadá, Noruega, Suécia, Finlândia e Rússia. Esta região singular e sensível, apresenta muitos desafios por causa das mudanças climáticas. As modificações ambientais, o degelo do permafrost e a deterioração das camadas de gelo, estão ocorrendo rapidamente. Estes fenômenos alteram de maneira drástica a paisagem da região e ainda promovem implicações globais significativas, como o aumento do nível do mar e a intensificação dos eventos climáticos extremos. A adaptação e a mitigação dos impactos determinam uma colaboração internacional forte, centrada por políticas sustentáveis e uma profunda compreensão científica dos processos em curso.

A geopolítica do Ártico envolve uma complexa teia de interesses estratégicos, econômicos e ambientais que se entrelaçam devido às características únicas da região. Historicamente, o Ártico recebeu pouca atenção nas análises geopolíticas tradicionais, sendo frequentemente considerado uma barreira intransponível. No entanto, a relevância estratégica do Ártico foi gradualmente reconhecida ao longo do século XX, especialmente por conta dos conflitos bélicos que levaram à instalação de bases militares por potências como a Rússia e os Estados Unidos. Atualmente, a crescente acessibilidade do Ártico devido ao aquecimento global e à redução do gelo marinho intensifica a pressão para a ocupação e exploração dos vastos recursos naturais presentes na região, como petróleo, gás natural e minerais valiosos, tornando-se um foco de disputas e cooperação internacional.

A governança do Ártico também está passando por mudanças significativas, com a criação de diversos instrumentos legais e fóruns de cooperação, como o Conselho do Ártico e a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM). Esses mecanismos são essenciais para promover a convivência pacífica entre os Estados árticos e garantir que o desenvolvimento econômico na região seja sustentável e respeite os direitos das comunidades indígenas. O papel crescente do Ártico na economia global, aliado às mudanças climáticas que tornam a região mais acessível, aponta a necessidade de uma gestão equilibrada e cooperativa para enfrentar os desafios e aproveitar as oportunidades emergentes de maneira responsável e inclusiva.

A Rússia tem intensificado suas ações estratégicas no Ártico, buscando ampliar sua influência territorial, evidenciado por iniciativas como reivindicações à ONU sobre a plataforma continental e a colocação simbólica de uma bandeira no Polo Norte. Com grande parte da área terrestre e da população ártica em seu território, o país está bem posicionado para tirar proveito do degelo. A Estratégia de Segurança Nacional de 2021 ressalta a importância do Ártico para a Rússia, destacando a pressão internacional e a tentativa de limitar seu acesso a mercados e recursos, o que impulsiona o investimento em presença militar e econômica. O desenvolvimento da Rota do Mar do Norte permite reduzir custos logísticos e integrar o vasto território russo. Militarmente, a Rússia busca proteger suas fronteiras e fortalecer sua capacidade de defesa diante de possíveis disputas por recursos energéticos, através da criação da Guarda Costeira e de sistemas de monitoramento. Assim, o país combina a expansão militar, o desenvolvimento econômico e a preservação ambiental em sua estratégia ártica.

As políticas dos Estados Unidos para o Ártico são marcadas por um forte interesse estratégico, econômico e militar. As iniciativas norte americanas, têm enfatizado a defesa da soberania, a segurança nacional, a proteção ambiental e a cooperação com aliados para manter a estabilidade na região. Além disso, historicamente, a estratégia dos EUA para o Ártico foca na defesa da região, desenvolvimento sustentável. Visa também garantir a liberdade de navegação, a cooperação internacional, envolvimento das comunidades indígenas locais e a liderança na pesquisa científica sobre o Ártico. Uma possível solução para a manutenção do equilíbrio de poder no Ártico poderia ser a criação de um tratado multilateral específico para a região, envolvendo todos os países árticos e outras partes interessadas, focado na gestão sustentável dos recursos, na prevenção de conflitos e na promoção da cooperação científica e econômica.

A entrada do Brasil no Conselho do Ártico consolidaria sua posição como o primeiro país do Hemisfério Sul a integrar esse fórum, reforçando sua liderança em questões polares e ampliando sua influência nas discussões globais sobre o futuro das regiões polares. O Ártico é um indicador-chave das mudanças climáticas globais. A compreensão dos fenômenos que ocorrem nessa região é fundamental para prever e mitigar os impactos ambientais e climáticos que afetarão outras partes do planeta, incluindo o Hemisfério Sul ao qual o Brasil faz parte.

O desenvolvimento de tecnologias seguras de exploração para a indústria do petróleo traria benefícios significativos para a segurança operacional, especialmente em ambientes extremos como o Ártico, onde a exploração de recursos é desafiadora e arriscada. Uma melhor coordenação entre as autoridades marítimas e do setor petrolífero é crucial para garantir operações seguras e eficientes, minimizando os riscos ambientais e aprimorando a resposta a incidentes em regiões de exploração.

A formulação de uma política para o Ártico, alinhada à política brasileira já consolidada para a Antártica, é fundamental para fortalecer a atuação do Brasil nas regiões polares e garantir uma postura consistente em questões de governança e preservação ambiental. A participação do Brasil no Conselho do Ártico, um fórum intergovernamental que promove a paz e a sustentabilidade na região, ampliaria sua influência nas discussões globais sobre o futuro do Ártico, contribuindo para a estabilidade e proteção da área.

A participação do Brasil nos principais eventos do Ártico é essencial para manter-se atualizado sobre as mudanças regionais e os avanços em pesquisa, tecnologia e políticas públicas, garantindo uma atuação informada e estratégica.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Política Nacional de Defesa**. Brasília: Ministério da Defesa, 2024. Acesso em: 15 set 2024.

CÂMARA, Paulo Eduardo Aguiar Saraiva; MATTOS, Leonardo Faria de; PLATIAU, Ana Flavia Barros; MACIEIRA, Flavio Helmold; SIMÕES, Jefferson Cardia. **O Brasil no Ártico: Uma visão geopolítica e da ciência**. Revista Marítima Brasileira, v. 142, n. 04/46, abril/junho 2022. ISSN 0034-9860. Acesso em: 20 ago 2024

DUARTE, Erico; SUDBRACK, Lucas. **A política internacional do Ártico no século XXI: degelo e a nova fronteira Russa**. *Revista Carta Internacional*, Belo Horizonte, v. 11, n. 1, p. 221-244, 2016. DOI: 10.21530/ci.v11n1.2016.290. Disponível em: <http://www.revistas.ufg.br/carta/article/view/290>. Acesso em: 10 mar. 2024.

ESTADOS UNIDOS. White House. **National Strategy for the Arctic Region**. Washington, D.C.: White House, 2022. Disponível em: <https://www.whitehouse.gov/wp-content/uploads/2022/10/National-Strategy-for-the-Arctic-Region.pdf>. Acesso em: 26 jun. 2024.

FEDERAÇÃO RUSSA. **Sobre a Estratégia de Segurança Nacional da Federação Russa de 2021**. Moscovo: Governo da Federação Russa, 2021. Disponível em: <https://security.russia-info.org/strategy>. Acesso em: 10 mai. 2024.

GOLTSOV, Andrey. **The contemporary geopolitical order in the Arctic region**. 2024. Disponível em: <https://www.example.com/the-contemporary-geopolitical-order-in-the-arctic-region>. Acesso em: 11 mar. 2024.

LEAL, João Luís Rodrigues. **O Ártico como Espaço Geopolítico**. Tese (Doutorado em História). Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa, 2012.

MARQUES, Lucia. **Ártico: novo mapa na tensão EUA x China e Rússia e o interesse do Brasil na região**. 2023. Centro de Estudos Estratégicos da Fiocruz, Rio de Janeiro, 2023. Acesso em: 20 mar. 2024.

MATTOS, Leonardo Faria de; COSTA, Raphaella da Silva Dias. **As fronteiras geopolíticas do Ártico: novo centro de disputas pela hegemonia global**. Revista Geopolítica Transfronteiriça, v. 1, n. 1, p. 73–93, 2021. ISSN 2527-2349. Disponível em:
<https://periodicos.uea.edu.br/index.php/revistageotransfronteirica/article/view/2048>. Acesso em: 10 mar. 2024.

SILVA, Paulo Vecchi Ruiz Cardoso da. **Brasil, um país polar: a presença brasileira na Antártica e as perspectivas no Ártico**. 2020. Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) – Escola Superior de Guerra, Rio de Janeiro, 2020. Acesso em: 20 mar. 2024.

SOUZA JÚNIOR, Enoil de. **O novo Ártico: mudanças ambientais e geopolíticas**. 2015. Dissertação (Mestrado em Geografia) — Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015. Disponível em:
<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/144421>. Acesso em: 9 mar. 2024.

SOUZA JÚNIOR, Enoil de; DA ROSA, Kátia Kellem; SIMÕES, Jefferson Cardia. **Geopolítica do Ártico: mudanças nas políticas para o Norte**. *Geographia Meridionalis*, revista eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Pelotas, v. 01, n. 02, p. 248-267, 2015. Disponível em:
<http://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/Geographis/index>. ISSN 2446-9165. Acesso em: 20 mar 2024.

VIANA, Fernando Luís de Carvalho. **A inserção do Brasil na geopolítica do Ártico**. Escola de Guerra Naval, Rio de Janeiro, 2021. Disponível em:
<https://www.egn.mar.mil.br/publicacoes/a-insercao-do-brasil-na-geopolitica-do-artico.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2024.